



GT – 13: Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea

**RECONFIGURAÇÃO URBANO-REGIONAL DO NORTE
FLUMINENSE E SUA INSERÇÃO NA DINÂMICA DA
METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA**

Érica Tavares
Universidade Federal Fluminense
ericatavr@gmail.com

Jéssica Monteiro da Silva Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo
jessicamonteirost@gmail.com

RESUMO:

As transformações pelas quais a Região Norte Fluminense passou nas últimas décadas, em razão do desenvolvimento pautado na economia petrolífera e em atividades portuárias na lógica do neoextrativismo, se manifestaram na maior inserção dos municípios na estrutura dinâmica urbana e regional estadual, assim como na dinâmica da metropolização brasileira. Diante desse contexto, este artigo tem o objetivo analisar as mudanças na configuração territorial em nível urbano-regional no Norte Fluminense, a fim de orientar estudos sobre a região, uma vez que a clássica divisão regional não dá conta de expressar as mudanças e articulações territoriais que se fazem presentes. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica considerando estudos do IBGE sobre os processos de organização urbano-regional, assim como estudos e pesquisas sobre a região.

Palavras-chave: Região Norte Fluminense, metropolização, neoextrativismo.

1. INTRODUÇÃO

O histórico processo de desenvolvimento da Região Norte Fluminense foi pautado durante muito tempo pela inserção da região na economia agrário-exportadora a partir da produção de café ou da cana-de-açúcar. Posteriormente, após considerável declínio da indústria sucro-alcooleira e já a partir das últimas décadas do século XX, a dinâmica econômica foi alavancada pela instalação da indústria petrolífera na região, sobretudo em Macaé, tendo se expandido para municípios adjacentes, como Rio das Ostras. Mais recentemente, a região também sofreu novas transformações pela instalação de um complexo portuário no município de São João da Barra.

Em toda essa dinâmica, o município de Campos dos Goytacazes, mesmo não sendo sede direta desses grandes projetos, permaneceu com sua histórica polaridade na região, seja pelo seu porte populacional e territorial, seja pela centralidade que exerce em termos das atividades de comércio, serviços e infraestrutura urbana mais consolidada no cenário regional. As grandes transformações pelas quais a região passou e vem passando se manifestam na inserção dos municípios na dinâmica urbana e regional do estado do Rio de Janeiro (ERJ), nas mudanças de regionalização, na vinculação com a metrópole e no próprio processo de metropolização.

Nesse sentido, torna-se importante identificar em que medida as transformações econômicas, sociais, urbanas, espaciais e ambientais na região estão relacionadas a determinado modelo de desenvolvimento, como a tese do neoextrativismo progressista, assim como a mudanças no padrão de urbanização, antes pautado pela lógica da industrialização e do crescimento populacional e urbano, agora mais ligado à lógica dos grandes projetos extrativistas, financeirização, conformação de complexos urbano-imobiliários, com expressivas transformações no processo de metropolização.

Portanto, este artigo tem o objetivo de analisar as mudanças na articulação territorial em nível urbano-regional que esses processos imprimem, trazendo como locus de investigação a Região Norte do estado do Rio de Janeiro (ERJ), inserida nas últimas décadas na dinâmica do desenvolvimento nacional ligada à reprimarização da economia, desindustrialização, financeirização com profundos impactos territoriais onde os grandes projetos se instalam. O objetivo tem um caráter analítico-metodológico, uma vez que a clássica divisão mesoregional não dá conta de expressar as mudanças e articulações territoriais que se fazem presentes. Para tanto, a metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica sobre estudos técnicos do IBGE sobre

os processos de organização urbano-regional, assim como estudos e pesquisas sobre a Região Norte Fluminense. Também se utiliza de um levantamento de dados secundários e malhas digitais para realização de mapeamentos temáticos das divisões territoriais encontradas.

As questões envolvem perguntar: quais as possibilidades de divisão territorial para o eixo norte do ERJ mediante a inserção da região na lógica extrativista de desenvolvimento nas últimas décadas? Quais os estudos oficiais, de caráter institucional, buscaram apreender essas novas transformações e quais as divisões territoriais propostas a partir dos limites municipais? Como essas (re)divisões apresentam relação com a dinâmica urbano-regional e a inserção da região no processo de metropolização brasileiro?

2. ECONOMIA EXTRATIVISTA NO NORTE FLUMINENSE E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

As mudanças na dinâmica territorial e nos processos de urbanização e metropolização na transição entre o século XX e o século XXI no Brasil ocorrem em meio ao aprofundamento na dinâmica neoextrativista. O ERJ e a Região Norte Fluminense são diretamente impactados por esse modelo de desenvolvimento.

Apesar das contradições existentes, o extrativismo que envolve agricultura para exportação, mineração e exploração petrolífera apresentou um histórico significativo na América Latina, pois “alimentou as correntes exportadoras, desempenhou um papel chave nas economias nacionais, mas foi também o centro de grandes polêmicas decorrentes dos seus impactos econômicos, sociais e ambientais” (Gudynas, 2012, p. 303). Vitte (2020) aponta que vários países da América Latina apresentam uma inserção na economia mundial baseada em um mesmo modelo de desenvolvimento que, apesar de algumas distinções, baseia-se na:

exploração de recursos naturais, com um legado de devastação ambiental, agravado pelo recente avanço na exploração de recursos minerais, petrolíferos e de monoculturas de exportação, ocasionado por maior demanda internacional, desencadeando profundos impactos ambientais e territoriais, com a manutenção de um padrão (neo)extrativista (Vitte, 2020, p. 168).

Svampa (2019) também analisa como o *boom* das *commodities* foi explorado pelos governos progressistas que chegaram ao poder na América Latina nos primeiros anos do século XXI. Do agronegócio à mineração, da exploração de petróleo e gás aos expressivos investimentos em infraestrutura e logística necessários, esse modelo veio acompanhado da

exploração intensa dos recursos naturais, intensificação dos riscos e desastres ambientais e violação de direitos humanos e territórios tradicionais nas cidades e no campo.

Ao menos duas grandes leituras podem advir desse processo que alguns estudiosos chamam de neoextrativismo (Gudynas, 2012; Svampa, 2019; Vitte, 2020). Por um lado, em termos internacionais, o Brasil seguiu e reforçou sua inserção subalterna na economia mundial como exportador de bens primários, em que as relações de dependência se mantêm, embora sob novas dimensões ligadas a operações materiais e imateriais de extração de rendas e recursos, plataformização de atividades e serviços, reformulação de arcabouços regulatórios e o papel do Estado como facilitador para as operações do capital. Por outro lado, internamente, há uma fragmentação do território nacional simultaneamente a uma expansão do fenômeno urbano-metropolitano. Os empreendimentos exigem significativa intervenção no território e na economia local e regional, que podem sofrer rupturas de caráter político, social, cultural e ambiental, além de desencadeamentos produtivos.

Assim, os grandes projetos de investimento, como as atividades petrolíferas e portuárias presentes no interior norte do ERJ e próprios desse modelo de desenvolvimento, tendem a provocar enormes mudanças no território onde se desenvolvem, tendo uma escala de abrangência do local ao global. São atividades que trazem grandes perspectivas de “desenvolvimento regional” tanto por parte da população como das administrações públicas locais, mas que nem sempre contribuem para diminuir as desigualdades socioespaciais existentes, podendo mesmo acirrá-las. No caso do ERJ, o desenvolvimento da indústria extrativa faz parte de toda essa dinâmica e, ao instalar-se no Norte Fluminense, trouxe significativas transformações no cenário regional e estadual.

Nos anos 2000, o crescimento alavancado pela indústria extrativa foi expressivo, quando o ERJ chegou a responder por mais de 80% da produção de petróleo nacional; “a década de 2000 foi marcada pelo chamado boom das commodities, fortemente influenciado pela expansão da demanda chinesa por esses produtos” (Siqueira, 2015). Esse movimento, no ERJ, levou à desconcentração do Produto Interno Bruto (PIB) estadual justamente no sentido da região metropolitana para a Região Norte Fluminense, e, em alguma medida, passando pelas Baixadas Litorâneas. Olhando somente o PIB industrial (1999-2011), “o percentual total do interior aumentou de 37% para 65%, tornando-se superior ao da RMRJ” (Siqueira, 2015, p. 98).

Conforme apontam Pereira (2012) e Siqueira (2015), na primeira década do século XXI, a reprimarização da pauta de exportações fluminense foi bem mais elevada que a nacional

(Siqueira, p. 91), e “o ERJ só não perdeu a posição de segunda maior economia do País devido ao fortíssimo ritmo expansivo da produção petrolífera na Bacia de Campos” (Siqueira, 2015, p. 88). Apesar da dinamização trazida pela exploração e produção de petróleo e gás natural, esse processo provocou, ao mesmo tempo, um desadensamento da estrutura produtiva, baixos investimentos na indústria de transformação que, junto com o recebimento das rendas petrolíferas¹ tanto pelo estado quanto pelos municípios considerados produtores, levou à abundância de recursos sem planejamento público municipal e regional (Sobral, 2013; Hasenclever, Paranhos, Torres, 2012; Ribeiro, 2016).

Pelo exposto, podemos identificar no eixo norte do ERJ as características do neoextrativismo, uma vez que durante longos anos vêm sendo desenvolvidas atividades de exploração de petróleo na Bacia de Campos, associadas mais recentemente às atividades portuárias em São João da Barra. Além disso, em termos de desenvolvimento urbano e regional, é possível observar a integração dessa região com a metrópole e sua inserção no processo de metropolização. O fato de o ERJ ter chegado a responder por mais de 80% da produção de petróleo no país e toda a infraestrutura logística portuária necessária foi fundamental para isso.

Davidovich (2001) já falava sobre uma dinâmica entre a metrópole e o interior, destacando um eixo da Região Sul em direção ao Norte, até a Região dos Lagos. Entretanto, destacou: “Formou-se, assim, nítida diferenciação [da metrópole] com o resto do estado, onde tem prevalecido o atraso econômico e as funções urbanas tradicionais, *à exceção da atividade petrolífera na bacia de Campos*” (Davidovich, 2001, p. 71, grifo nosso).

Por sua vez, Lencioni (2015), ao tratar sobre o processo de metropolização no Brasil e a formação de uma megarregião entre Rio de Janeiro e São Paulo, embora não tivesse identificado a incorporação do Norte Fluminense em seu estudo, fez referência ao aprofundamento das atividades petrolíferas na Bacia de Campos e ao estudo do IBGE (2016) sobre os arranjos urbano-regionais:

Nessa publicação foram construídos cenários futuros indicando que a extensão longitudinal da megarregião no estado do Rio de Janeiro vai se alongar para além de Cabo Frio, devendo estender-se em direção à Macaé e Campos. O Porto de Açu, mais ao norte, já foi declarado como base das atividades offshore da Petrobras na

¹ As rendas petrolíferas se referem aos royalties e participações especiais. Os royalties são uma compensação financeira devida à União aos estados, ao DF, e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no Brasil. Já as participações especiais são uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Como afirma Serra (2018), é muito comum usar o termo “royalties” de forma genérica para expressar o “somatório dos royalties e das participações especiais, ocorrendo também de tratá-los, de forma sinônima, como Rendas Petrolíferas” (Serra, 2018, p. 6).

exploração do pré-sal, nesta porção fluminense. E já se está duplicando a BR-101 nesta porção, ligando o Rio de Janeiro ao Espírito Santo. (...) A economia do petróleo irá produzir grandes mudanças e reforçará essa megarregião (Lencioni, 2015, p. 14).

Como veremos, essa tese se confirma em estudos posteriores (Bartholomeu, 2018; Pessanha; Oliveira, 2018; Passos, 2023). Embora as mudanças tenham sido claras em termos do aumento da proeminência econômica do interior, sobretudo a região da Bacia de Campos (Norte Fluminense), autores como Siqueira (2015) e Sobral (2013) questionam a leitura do processo sob a concepção da interiorização. Além disso, a relação com a metrópole como centro de comando é evidente pela permanência da sede das principais empresas na capital e uma elevação dos deslocamentos de trabalhadores qualificados por movimentos pendulares entre a região e a metrópole, além dos deslocamentos de operários entre a Região Norte Fluminense e diversas outras regiões do país e mesmo do exterior – o que reforçaria a metropolização, a nosso ver.

Portanto, as transformações econômicas e as novas lógicas de investimento, pautadas em determinados lugares pela atuação desse neoextrativismo, como no caso do Norte Fluminense, se traduzem também em novas dinâmicas de desenvolvimento urbano e regional e em processos de reconfiguração do espaço. O padrão anterior de desenvolvimento urbano alinhava-se à lógica da industrialização, do crescimento urbano, da intensa urbanização e da concentração espacial, característicos de uma fase de “implosão urbana”, como apontava Lefebvre (1999). A esse padrão associa-se uma nova dinâmica de desenvolvimento alinhada a uma lógica da metropolização, financeirização da economia, difusão do urbano, marcada de forma mais evidente por articulações local-global, deslocamentos múltiplos e heterogêneos, incorporação do rural à sociedade urbana – “acomodação nas cidades” e “pressão sobre os espaços naturais e agrícolas”, atividades financeiras e imobiliárias e grandes projetos de investimento, e um modelo de organização socioespacial marcado pela fragmentação urbana. Tais transformações são identificadas nessa porção norte do ERJ, relacionadas à atuação dos grandes grupos privados e algumas especificidades das elites políticas e econômicas regionais (Cruz, 2006).

Segundo Lencioni (2017), a metropolização transforma o espaço, alterando suas estruturas e o modo de vida das pessoas. Com a expansão metropolitana, há um aumento nas dinâmicas de produção, ideias, experiências espaciais, padrões de consumo e uso do solo. Esse crescimento disperso e a valorização de novas centralidades são características intrínsecas do

processo. A metropolização, fase mais avançada da urbanização, reflete uma reestruturação histórica da sociedade contemporânea ligada ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

No caso aqui em destaque, a influência do neoextrativismo ligado às atividades petrolíferas e portuárias – como parte do aprofundamento do capitalismo no Brasil – intensifica a expansão urbana, a emergência de relações entre centralidades e novas configurações urbano-regionais, sendo esse ponto em particular o objeto empírico deste trabalho. Atualmente, a clássica delimitação político-administrativa da mesorregião Norte Fluminense composta por nove municípios, não dá conta de expressar as dinâmicas urbano-regionais existentes nesse eixo norte do ERJ amplamente modificado pela economia extrativista. Como já dito, a Região das Baixadas Litorâneas, em especial o município de Rio das Ostras, por exemplo, já apresenta expressiva integração com o Norte Fluminense. O município de Macaé, por exemplo, apesar de na configuração em Mesorregiões pertencer ao Norte Fluminense, frequentemente era referido pelas matérias jornalísticas como integrante da Região das Baixadas Litorâneas, tamanho o nível de integração.

3. APONTAMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

A metodologia para este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica sobre estudos técnicos do IBGE sobre os processos de organização urbano-regional, com foco no Norte Fluminense: a divisão mesorregional, os arranjos populacionais e as regiões intermediárias e imediatas. Além dos estudos do IBGE que apontam processos de regionalização a partir de um órgão oficial, há outros estudos empreendidos por pesquisadores acadêmicos sobre os processos de urbanização na região, que também serão referenciados.

A concepção de região é bastante cara aos estudos geográficos. Sem entrar no debate e diversas concepções a respeito, podemos indicar que a região pode ser entendida como uma unidade espacial definida por uma combinação de características físicas, econômicas, sociais e culturais, dotada de certa individualidade em relação a áreas limítrofes (Duarte, 1980; Moraes, 1997). Já regionalização envolve a criação ou busca por apreensão de unidades regionais, é um processo analítico e metodológico, “seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais” (Haesbaert, 2010, p. 24). Nosso esforço aqui é identificar essa apreensão da unidade regional do Norte Fluminense de modo a captar as

transformações territoriais nas últimas décadas e seu conteúdo em termos da dinâmica social, econômica e política recente. Devido aos limites do texto, não aprofundaremos aqui, mas vale ressaltar que há diversas abordagens sobre regionalização, tal como apontado por Duarte (1980), que cumprem distintas finalidades e interesses – regionalização como: 1) diferenciação de áreas; 2) classificação; 3) instrumento de ação e 4) processo.

Segundo Magnago (1995), a divisão do espaço geográfico envolve tanto uma perspectiva acadêmica, de caráter científico, que visa apreender e compreender o processo social e as transformações no território, como envolve também a necessidade de planejamento e gestão do território. Segundo a autora, “no caso brasileiro, as primeiras tentativas de criação de modelos de recortes regionais datam do início do Século XX” (Magnago, 1995, p. 65). Após diversos estudos e operações de divisão territorial, pautados obviamente por distintas concepções do sentido da região e dos variados interesses políticos de cunho territorial, a regionalização prevalecente oficialmente no Brasil em finais do século XX dava conta da divisão do território em macrorregiões, mesorregiões e microrregiões.

Tal divisão atendia a determinados princípios, constituindo o recorte territorial oficial de caráter político-administrativo. O recorte macrorregional dos anos 70 permanecia, com a divisão do país nas cinco macrorregiões: norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste. Em finais dos anos 80, o IBGE realizou uma profunda revisão dos subespaços regionais, tendo sido identificadas “as mesorregiões e microrregiões que passaram, então, a ter denominação de geográficas, em lugar de homogêneas” (Magnago, 1995, p. 65).

Como mesorregião geográfica passou-se a denominar uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresentasse formas do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: ‘...o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial’.

Já as microrregiões geográficas, consideradas como partes das mesorregiões, foram definidas por suas especificidades quanto à estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se, também, informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais.

Assim, o ponto de partida que utilizamos é o da mesorregião, tal como utilizado na maioria dos estudos sobre o Norte Fluminense que se desenvolveram a partir dos anos 2000 ao analisar os impactos da indústria do petróleo na região (Cruz, 2006; Faria, 2006; Piquet, 2010). Já na segunda década do século XXI, muitas mudanças ocorreram na organização sócio-territorial do país e nas articulações urbano-regionais, justamente devido às transformações

territoriais decorrentes do modelo de desenvolvimento, dos processos de reorganização da estrutura produtiva, mudanças no mercado de trabalho e grandes projetos de investimento, que apresentam novas escalas de conexão territorial, indo do local ao global. O próprio IBGE empreendeu diversos estudos para identificar as novas conformações urbano-regionais.

No caso do Norte Fluminense, os estudos sobre as configurações urbano-regionais mais recentes, como o dos Arranjos Populacionais (IBGE, 2016), o das Regiões geográficas imediatas e intermediárias (IBGE, 2017) já evidenciam as novas conexões territoriais e novas possibilidades de regionalização, em grande medida alavancadas pelo complexo petrolífero e portuário regional. O estudo sobre os arranjos populacionais buscou dimensionar o relacionamento entre municípios, com integração populacional estabelecida a partir da intensificação dos movimentos pendulares para trabalho e estudo e de conurbação entre as áreas urbanas (IBGE, 2016).

Já com a nova regionalização criada pelo IBGE, o estado do Rio de Janeiro foi dividido em cinco Regiões Intermediárias (Rio de Janeiro, Volta Redonda-Barra Mansa, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio), e não mais em seis mesorregiões geográficas como até então era utilizado (Noroeste, Norte, Centro, Baixadas, Sul e Metropolitana). Na prática, apesar de indicar que o uso da nova regionalização fica a critério do usuário, para o IBGE, o nome Região Norte Fluminense é suprimido, sendo seus municípios divididos entre as regiões Intermediárias de “Campos dos Goytacazes”, composta por 18 municípios e “Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio”, com 12 municípios. Os nomes das regiões geográficas intermediárias e imediatas foram definidos de acordo com a hierarquia urbana, a partir da presença de polos articuladores em seus territórios, ou seja, cidades que tenham maior hierarquia urbana, funções urbanas de maior complexidade, podendo ser um município isolado ou: “No caso de o polo de maior hierarquia urbana ser composto por um arranjo populacional, utilizou-se o nome desse recorte” (IBGE, 2017, p. 34).

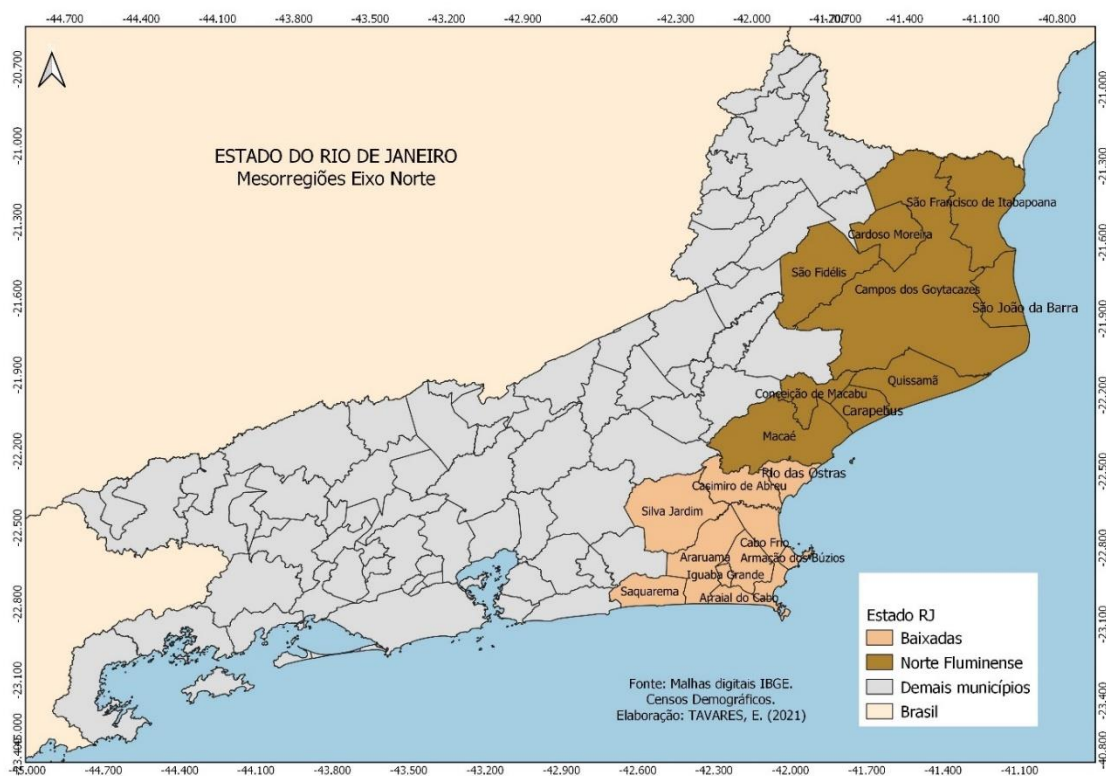
Sendo assim, este estudo visa apresentar as mudanças na articulação territorial em nível urbano-regional que os processos descritos na seção anterior imprimem, trazendo como locus de investigação a região norte do estado do Rio de Janeiro (ERJ) a partir especialmente desses três estudos indicados.

4. TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E NOVA CONFORMAÇÃO URBANO-REGIONAL DO NORTE FLUMINENSE

Para um maior aprofundamento sobre os precedentes da conformação da Região Norte Fluminense, sua relação com a região noroeste, mudanças territoriais a partir dos anos 80, além de aspectos da transição da economia da agroindústria açucareira para a economia do petróleo e a polarização histórica dos municípios, que formam a base da configuração regional emergente, há vários trabalhos organizados a respeito, como os de Pessanha e Neto (2004), Carvalho e Totti (2006) e Bernardes e Silva (2014).

Ao tomar como ponto de partida o recorte mesorregional vigente desde 1990, a Região Norte Fluminense era composta por nove municípios divididos entre as microrregiões de Campos dos Goytacazes e Macaé que polarizam esse território regional. Em função da dinâmica econômica descrita anteriormente, tomamos como ponto de partida as mesorregiões norte e baixadas, conforme apresentado na figura 1.

Figura 1 – Mesorregiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas no estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Embora a ligação originária do Norte Fluminense tenha sido com a região noroeste (Cruz, 2006), a dinâmica das atividades extrativas reforçou a integração dos municípios do norte, principalmente Campos dos Goytacazes e Macaé com a região que fica entre o norte e a metrópole, ou seja, os municípios da mesorregião das Baixadas Litorâneas (BLs).

Sobre as mesorregiões destacadas, o estudo do IBGE (2016), identificou três arranjos populacionais nesse território: Campos dos Goytacazes, Macaé-Rio das Ostras, Cabo Frio e Araruama (figura 2). Esse estudo já captou as novas articulações territoriais existentes na região norte em razão dos empreendimentos extrativistas. Nosso foco se dará somente nos dois primeiros que apresentam dinâmicas mais relacionadas ao processo aqui descrito.

O arranjo populacional de Macaé-Rio das Ostras consegue captar a expansão urbana de Macaé em direção a Rio das Ostras com a chegada de novos residentes na região. Cruz e Tavares (2024) apontam que Rio das Ostras foi emancipado de Macaé nos anos 1990 já em decorrência da indústria petrolífera, com uma localização privilegiada em direção à capital.

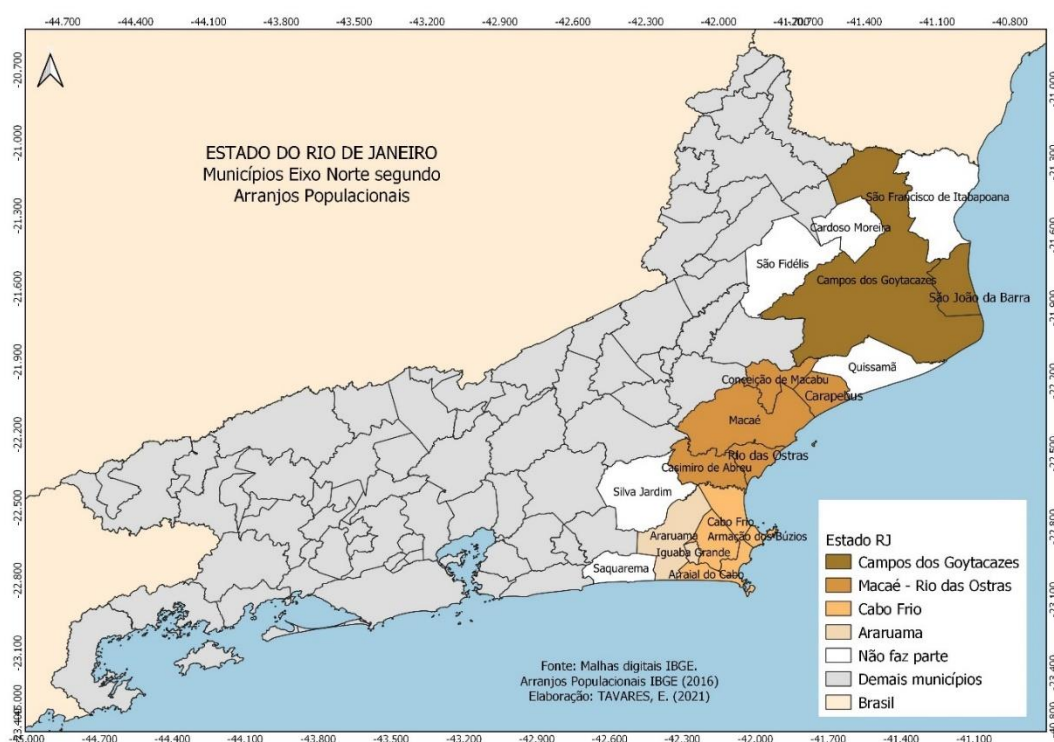
A vizinha Rio das Ostras, pertencente à Mesorregião das BLs, beneficiou-se do encarecimento do solo urbano, dos aluguéis, dos imóveis e do custo de vida da vizinha Macaé. Tal fato, ao lado das rendas petrolíferas recebidas, fez de Rio das Ostras o município com o mais elevado ritmo de crescimento do País durante alguns anos e passou a abrigar parte do parque empresarial do Complexo (Cruz, Tavares, 2024, p. 382).

Assim, o município passou a abrigar os trabalhadores que se dirigiam para a região, em razão de um custo de vida mais acessível que foi sendo alterado ao longo dos anos de ocupação, juntamente com a instalação de alguns empreendimentos logísticos do complexo petrolífero. Esse movimento reforçou a expansão em direção ao eixo sul e o reforço da integração entre o Norte Fluminense e a metrópole, e mesmo com outras regiões do país. Esse é um dos aspectos mais relevantes que justificam esse artigo. Atualmente, é impossível tratar sobre o Norte Fluminense, sem considerar a relação com Rio das Ostras, que não está junto com Macaé na divisão clássica da mesorregião, porém, exerce um papel fundamental na dinâmica regional no interior norte do ERJ. Entre 2000 e 2010, Rio das Ostras foi o município com maior taxa de crescimento populacional do país (11% ao ano), justamente devidos aos impactos da indústria petrolífera no território. Nesse arranjo, o município de Casimiro de Abreu também se integra aos municípios de Macaé, Rio das Ostras, assim como Conceição de Macabu e Carapebus.

No caso do arranjo de Campos dos Goytacazes, a sua relação com São João da Barra é histórica. O arranjo foi extensamente analisado por Gomes (2020) que mostrou a forte relação existente entre esses municípios reforçada com a dinâmica petrolífera e a instalação do

complexo portuário do Açu. Os movimentos pendulares para trabalho e estudo são frequentes nesse arranjo sendo intensificados os movimentos para trabalho em direção a São João da Barra na configuração recente que inseriu o município na lógica do desenvolvimento neoextrativista. O Porto do Açu trouxe muitas mudanças para o município que era tradicionalmente rural e, em poucos anos, se vê inserido na dinâmica do capitalismo global pelos investimentos industriais e portuários.

Figura 2 – Municípios ao norte do estado do Rio de Janeiro segundo Arranjos Popacionais



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

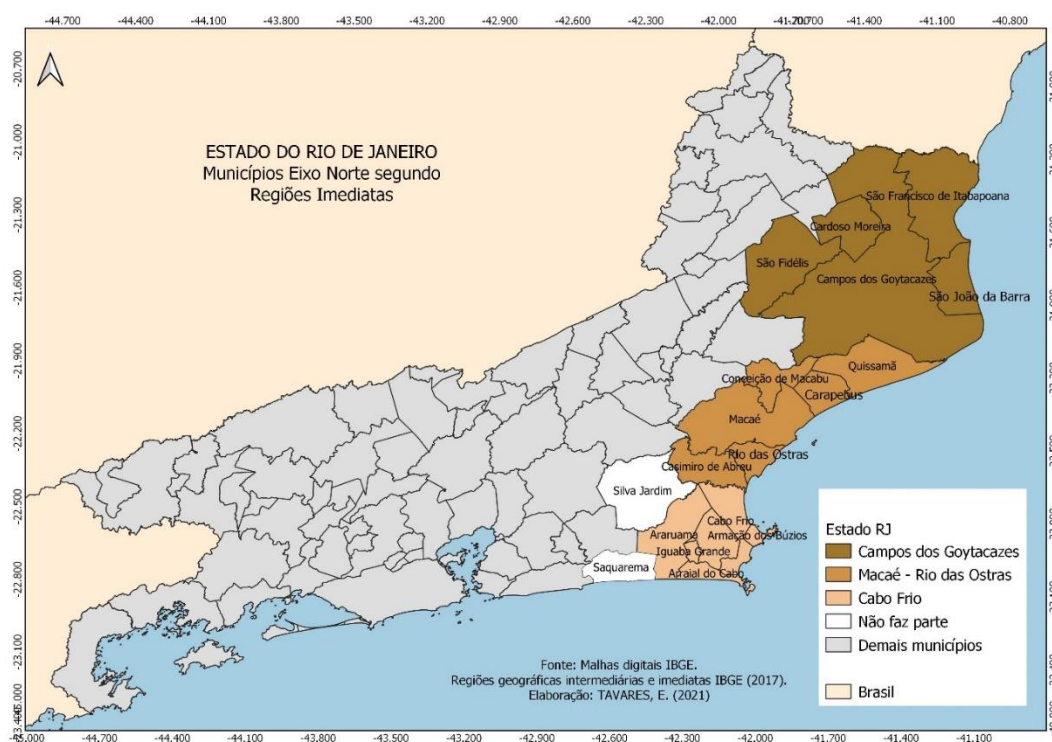
No caso das regiões intermediárias e imediatas, a nova territorialidade apresentada no eixo norte tem como polaridades os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé junto com Rio das Ostras e Cabo Frio. As regiões intermediárias constituem um agrupamento mais amplo, que abriga regiões imediatas (figura 3).

A região intermediária de Campos abrange as regiões imediatas de Campos dos Goytacazes, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua – ou seja, apresenta uma conexão entre parte do norte e do noroeste do ERJ. Nesse caso, somente a região imediata de Campos (seis municípios) apresenta interseção com o recorte da antiga mesorregião Norte Fluminense,

incluindo o município de Italva (que antes pertencia a mesorregião noroeste). A inclusão de Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra se mantém.

Já a região intermediária de Macaé – Rio das Ostras – Cabo Frio é dividida nas regiões imediatas de Macaé – Rio das Ostras e a de Cabo Frio. Para nossos interesses aqui, identificamos que somente a região de Macaé – Rio das Ostras tem relação com o território clássico da mesorregião Norte Fluminense, porém apresenta a relevante inclusão de Rio das Ostras, além do município de Casimiro de Abreu que não faziam parte da região, mas foram significativamente afetados pelas transformações econômicas das últimas décadas em razão da instalação da indústria extrativa na região.

Figura 3 - Municípios ao norte do estado do Rio de Janeiro segundo Regiões Imediatas



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Como apontam Souza e Terra (2015), Cruz e Terra (2020), Cruz e Tavares (2024), a implantação dos grandes projetos e o expressivo afluxo de trabalhadores na região suscitou uma reconfiguração funcional da rede regional de cidades no interior norte do ERJ. A relação de integração e complementariedade entre Macaé e Rio das Ostras fica evidente, assim como os demais municípios integrados e dependentes destes, como Casimiro de Abreu, Quissamã,

Carapebus, Conceição de Macabu. A histórica relação entre Campos e São João da Barra também é reforçada com a dinâmica portuária neste último município.

Campos dos Goytacazes, tradicional e maior polo regional durante mais de três séculos, reflete essa dinâmica espacialmente concentrada. [...] Possui uma infraestrutura urbana complexa e diversificada, situando-se entre os municípios de São João da Barra e Macaé e possuindo mais do dobro da população somada desses dois. É o maior município do interior do estado (Cruz e Terra, 2020, p. 201).

A nova regionalização considerando as regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé – Rio das Ostras tem se mostrado interessante para expressar as novas dinâmicas territoriais do Norte Fluminense, alavancadas pela instalação do Complexo de Exploração e Produção offshore de Petróleo e Gás na Bacia de Campos – em operação em Macaé, desde os anos 1970 – e do Complexo Industrial e Portuário do Açú (CIPA) em São João da Barra a partir dos anos 2000. Assim, tratar sobre o Norte Fluminense no século XXI exige pensar as novas articulações territoriais que vêm se conformando no interior do estado com a inserção da região na dinâmica da metropolização regional e nacional, sobretudo devido aos grandes empreendimentos da economia extrativista. Tomando essa “nova divisão regional” do Norte Fluminense a partir das regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé – Rio das Ostras, a tabela 1 sintetiza as características demográficas da região.

Tabela 1 – População em municípios do Norte Fluminense – 2010/2022

Região Imediata	Município	População		
		2010	2022	Variação
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	463.731	483.551	4,3
	Cardoso Moreira	12.600	12.958	2,8
	Italva	14.063	14.073	0,1
	São Francisco de Itabapoana	41.354	45.059	9,0
	São Fidélis	37.543	38.939	3,7
	São João da Barra	32.747	36.573	11,7
Macaé – Rio das Ostras	Carapebus	13.359	13.847	3,7
	Casimiro de Abreu	35.347	46.110	30,4
	Conceição de Macabu	21.211	21.104	-0,5
	Macaé	206.728	246.391	19,2
	Quissamã	20.242	22.393	10,6
	Rio das Ostras	105.676	156.491	48,1
Total		1.004.601	1.137.489	13,2

Fonte: Censos Demográficos – IBGE, 2010 e 2022. Elaboração própria.

Por essa agregação, o Norte Fluminense incorporaria, em relação à mesorregião original, os municípios de Italva, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras – chegando em 2022 a 1,13 milhões de habitantes. Verifica-se que justamente os municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, influenciados pela dinâmica da economia extrativista implantada originalmente em Macaé, são os que ainda apresentam uma variação populacional mais acentuada na última década. Já na região de Campos, é São João da Barra, município onde foi instalado o complexo industrial e portuário do Açu, que apresenta maior variação populacional entre 2010 e 2022, segundo os dados censitários. É importante pontuar que essa agregação tem se mostrado interessante para captar as mudanças ocorridas, mas não é uma regionalização fechada, já que, como sabemos, as fronteiras espaciais estão sempre em movimento acompanhando as transformações da sociedade.

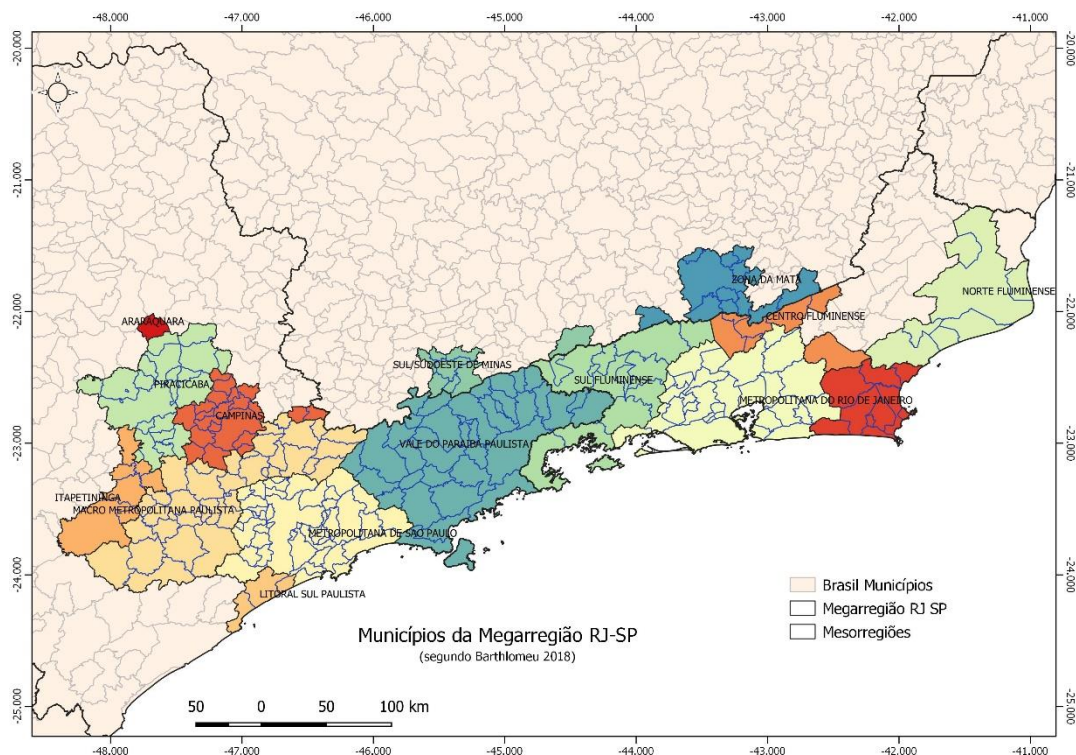
Além dos estudos oficiais do IBGE, como já dito, há diversas investigações em curso sobre as transformações urbano-regionais no Norte Fluminense e o processo de metropolização. A tese de Moraes Pessanha (2017) “A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidade” e seu trabalho com Oliveira acionando o conceito de “Circuitos Espaciais de Produção (CEPs)” permitem “interpretar, nesse caso, os movimentos das frações do capital (petróleo e logística) e sua influência sobre o processo de metropolização do espaço” (Pessanha, Oliveira, 2018, p. 1114). Segundo os autores, ao analisar o Norte Fluminense e a Bacia de Campos, observa-se a “formação de redes urbanas com características mais regionais, sempre interligadas por eixos de circulação mais vinculados aos interesses econômicos e corporativos interpretados como Condições Gerais de Produção (CGP)” (p. 1115). Em que pesem os relativos empregos gerados principalmente no período de construção dos empreendimentos, os impactos sociais, territoriais e ambientais foram imensos.

No caso do Norte Fluminense, a própria conexão entre os municípios impactados pelo processo aqui descrito pode ser observada através da formação de uma organização dos municípios localizados na chamada zona de produção principal e que eram os maiores beneficiários das compensações financeiras provenientes das atividades petrolíferas. Em 2001, alguns municípios da região decidiram criar a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás da Bacia de Campos (OMPETRO), a princípio visando conferir algum caráter institucional às relações e possíveis ações integradas para os municípios, mas, na verdade, seus gestores estavam preocupados com a possibilidade de mudanças nas regras de rateio das rendas petrolíferas (Souza, Terra, 2015), que encontram-se atualmente na expectativa de julgamento

pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De certo modo, a OMPETRO e a conformação da Bacia de Campos também constituem mecanismos que agrupam e dividem os municípios da região e também apresentam relação com a dinâmica extrativista. Alguns estudos utilizaram esta territorialidade para captar as mudanças ocorridas no interior fluminense nos últimos anos, como Souza e Terra (2015).

Para mais, o próprio estudo sobre a megarregião Rio – São Paulo também contribui para identificar as novas dinâmicas de integração no norte do ERJ, tanto internamente quanto externamente. Ao dar sequência ao estudo de Lencioni (2015), Bartholomeu (2018) realizou uma revisão de diversos estudos sobre os processos de regionalização e conformação de unidades regionais entre Rio e São Paulo. Ao utilizar indicadores atualizados, este autor identificou a integração do eixo norte do ERJ na dinâmica da metropolização e apontou sua inserção na megarregião Rio-São Paulo. Como afirma Lencioni (2015), a megarregião, como expressão do processo de metropolização, implica limites em movimento, não são formas urbanas acabadas.

Figura 4 – Municípios da megarregião Rio de Janeiro – São Paulo segundo Mesorregiões



Fonte: Malhas digitais IBGE (2010); Lencioni (2015); Bartholomeu (2018). Elaboração: Tavares, 2019.

Estudos como os de Souza e Terra (2015), Pessanha e Oliveira (2018), Gomes (2020), e Passos (2023), também mostram evidências da integração do Norte Fluminense à dinâmica metropolitana em nível regional e nacional. Assim, reforçamos a tese de que o modelo de desenvolvimento de caráter neoextrativista ao mesmo tempo que integrou a Região Norte Fluminense às regiões mais dinâmicas do Sudeste brasileiro inserindo-a na megarregião Rio-São Paulo, por exemplo, também alterou os mecanismos de integração territorial nessa porção norte do interior fluminense.

Sendo assim, temos considerado debater questões relativas à nova territorialidade no Norte Fluminense, o que apresenta um significativo potencial de produzir informações e conhecimentos mais aprofundados sobre o desenvolvimento urbano-regional no ERJ, relacionando a dinâmica local/regional com processos globais de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os macroprocessos ligados ao neoextrativismo no Brasil influenciaram a dinâmica do desenvolvimento nacional ligada à reprimarização da economia, desindustrialização, financeirização e produziram profundos impactos na articulação territorial em nível urbano-regional, afetando sobremaneira a dinâmica da metropolização brasileira no século XXI.

Diante do exposto, o objetivo do presente texto foi contribuir com essas discussões, utilizando um caráter analítico-metodológico, uma vez que a clássica divisão regional não dá conta de expressar as mudanças e articulações territoriais que se fazem presentes na atualidade. Pretende-se auxiliar estudos e pesquisas sobre as transformações sociais, econômicas e territoriais no eixo norte do estado, recorrendo sobre as possibilidades de divisão territorial para o eixo norte do estado mediante a inserção da região na lógica extrativista de desenvolvimento nas últimas décadas e como essas (re)divisões apresentam relação com a dinâmica urbano-regional e a inserção da região no processo de metropolização brasileiro.

A regionalização que considera as regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé – Rio das Ostras tem se mostrando interessante para captar as novas dinâmicas territoriais do Norte Fluminense. Essas mudanças foram impulsionadas justamente pela instalação do Complexo de Exploração e Produção Offshore de Petróleo e Gás na Bacia de Campos em Macaé, que se expandiu para Rio das Ostras, assim como pelo Complexo Industrial e Portuário do Açú em São João da Barra – grandes projetos inseridos na lógica do

neoeextrativismo no Brasil. Portanto, abordar o norte fluminense no século XXI requer uma análise das novas articulações territoriais que estão emergindo na região, à medida que ela se insere na dinâmica da metropolização regional e nacional.

5. REFERÊNCIAS

-
- BARTHOLOMEU, M. C. As delimitações da unidade regional entre Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP): da megalópole à megarregião. Anais... Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos. Rio de Janeiro, pp. 1409-1065, 2018.
- BERNARDES, J. A; SILVA, C. A. da. (Orgs.). Modernização e território: Entre o passado e o presente do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Lamparina, CAPES, 2014.
- CARVALHO, A. M.; TOTTI, M. E. F. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CRUZ, J. L. V. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, A. M.; TOTTI, M. E. F. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CRUZ, J. L. V.; TERRA, D. Petróleo e porto no norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. EURE, vol. 46, n. 139, pp. 189-208, 2020.
- CRUZ, J. L. V.; TAVARES, E. O desenvolvimento urbano e regional do Norte Fluminense: “o futuro para além do petróleo”. In: Luiz César de Queiroz Ribeiro; Érica Tavares; Humberto Meza; Wania Mesquita. (Org.). Desenvolvimento Urbano e Governança: para uma agenda do Norte Fluminense. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 373-410, 2024.
- DAVIDOVICH, F. Metrôpole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro. Cadernos Metrôpole. São Paulo, n. 6, pp. 67-77, 2001.
- DUARTE, A. C. Regionalização: considerações metodológicas. Boletim de Geografia Teórica, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.
- FARIA, T. P. Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminenses. In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira. Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GOMES, F. J. R. Arranjo populacional e expansão urbana: os vetores da aglomeração urbana de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2020.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.
- GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. C (Orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP, ANPUR, 2003.
- GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (orgs.).

Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond & IRD, 2012.

HAESBAERT, R. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J.; TORRES, R. Desempenho econômico do Rio de Janeiro: trajetórias passadas e perspectivas futuras. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, pp. 681-711, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Rio de Janeiro, 2017.

LEFEBVRE, H. A Revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais: E-Metrópolis, nº 22, ano 6, set. pp. 6-15, 2015.

LENCIONI, S. Metrópole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MAGNAGO, A. A. “A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica”. Revista Brasileira de Geografia, v. 55, n. 4, pp. 65-92, Rio de Janeiro, IBGE, out.-dez. 1995.

MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

PASSOS, W. S. A metropolização do interior brasileiro: o caso da Bacia de Campos. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

PEREIRA, L. V. As exportações fluminenses: a maldição dos recursos naturais? In: PINHEIRO, A. C.; VELOSO, F. (Org.). Rio de Janeiro: um estado em transição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

PESSANHA, R. M.; OLIVEIRA, F. J. G. de. Os Circuitos Espaciais de Produção no RJ e SP: Formação e Integração da Megarregião Rio-SP. In: Congresso Observatório das Metrópoles 20 anos. Anais... Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, pp. 1113-1130, 2018.

PESSANHA, R.M. A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades. 560 f. 2017. Doutorado PPFH-UERJ, 2017.

PESSANHA, R. M.; NETO, Romeu e Silva (Orgs.). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC, 2004.

PIQUET, R. O Norte Fluminense em Tempo Presente. In: SANTOS, A. M. S. P.; MARAFON, G. J.; SANT’ANA, M. J. G. (org). Rio de Janeiro: Um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2010.

RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. L. M. Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

RIBEIRO, M. A. Mutações em curso no território fluminense Estado do Rio de Janeiro: das capitanias hereditárias a uma nova divisão regional. In: PENALVA, A., CORREIA, A.F., MARAFON, G.J., SANT'ANNA, M.J.G., eds. Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 308-336, 2018.

SERRA, R. V. Distribuir e Aplicar as Rendas do Petróleo: o debate-mãe do combativo BPRR. Boletim Petróleo, Royalties e Região, 61, 5-6. 2018. Disponível em: <<https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/12/boletim-royalties-N61-dezem-2018-editorial.pdf>>. Acesso em: 30 julho 2024.

SIQUEIRA, H. Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles/INCT, p. 79-116, 2015.

SOBRAL, B. L. B. Metrópole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2013.

SOUZA, J.; TERRA, D. C. T. Indústria petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.17, n.1, pp. 123-143, abr./2015.

SVAMPA, M. As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VITTE, C. de C. S. Neoextrativismo e o uso de recursos naturais na América Latina: notas introdutórias sobre conflitos e impactos socioambientais. In: Conexão Política, Teresina, v. 9, n. 1, pp. 167-194, jan./jun. 2020.